



Anais da Assembleia

Nº 154

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 21 DE NOVEMBRO DE 1991

ANO XVII

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 128ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 1991
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Rossoni.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Durval Amara, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvêrio, Ernani Pudel, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, José Alves, João Preis, José Afonso Júnior, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Leivo Beraldin, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César, Orlando Pessuti, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (44). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Albino Corazza, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Dirceu Manfrinato, Doutor Rosinha, José Artur Ritti, Luiz Antonio Setti, Mário Bezerra, Nelson Garcia e Ovídio Constantino (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº 121/91 - GP.DEF. de 19 do mês em curso, do Senhor Frederico Mattos Guedes - Presidente em exercício do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva conceder aos servidores e

serventuários ativos e inativos do Poder Judiciário, inclusive aos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, um abono no valor de Cr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros), no mês de novembro do corrente ano. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 47/91, do Senhor Mário Carlos Carneiro, Juiz Eleitoral da 122ª Zona do Estado do Paraná, encaminhando cópia da Ata Final de Apuração e cópias dos Boletins de Urnas relativos ao plebiscito realizado em data de 10 de novembro do corrente ano, visando a emancipação do Distrito de Aparecidinha do Oeste. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 1456/91/GS, do Senhor Nizan Pereira - Secretário de Estado da Saúde, em resposta de Pedido de Informações do Senhor Deputado Doutor Rosinha, que solicitou informações sobre Hospitais existentes no Paraná. Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob os nºs DTL/SAT/378 à 384/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado integralmente os Projetos de Lei nºs 311, 391, 375, 356, 294, 124 e 423/91, em razão dos motivos expostos. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº 111/91, do Senhor Marco Antônio Antoniassi, Juiz de Direito da 134ª Zona Eleitoral, encaminhando Ata referente a consulta Plebiscitária no Distrito de Laranjal neste Estado. Ao conhecimento da Casa.

OFÍCIO Nº 063/91/GLG/PMDB
Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Excelência para, anexado ao presente, encaminhar-lhe ofício do nobre Deputado Nelson Garcia, justificativo das razões de sua ausência na sessão ordinária do dia de hoje.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência protestos de meu respeito e consideração.

Sala das Sessões, em 21.11.91

(a) ORLANDO PESSUTI.

OFÍCIO Nº 447/91-Gab.

Curitiba, 20 de novembro de 1991
Senhor Presidente.

Tem este a finalidade de informar Vossa Excelência, de que estarei ausente na Sessão Plenária do dia 21 de novembro do corrente ano, tendo em vista estar acompanhando o Senhor Governador do Estado, em

interiorização na minha região.

Sendo o que nos apresenta para o momento, renovo protestos de estima e apreço.

Cordialmente,

(a) NELSON GARCIA

Exmo.Sr.

Deputado ORLANDO PESSUTI

DD.Líder do Governo na ALEP

N/EDIFÍCIO

OFÍCIO Nº 150/91

Senhor Presidente.

Em razão de solicitação de última hora feita por empresários que reclamam minha presença no interior do Estado, venho pela presente justificar minha falta ao plenário no dia de hoje.

Sala das Sessões, em 21.11.91

(a) COLOMBINO GRASSANO

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3164

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o projeto de lei nº 515/91 (Mensagem nº 119/91), de autoria do Poder Executivo, que transforma a Secretaria de Estado da Indústria e Comércio (SEIC) em Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia (SETI).

Sala das Sessões, em 21.11.91

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO Nº 3165

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o regime de urgência ao Projeto de Resolução nº 075/91, que ratifica os termos do acordo que extingue o litígio constante nos Autos de Ação Ordinária nº 8.874/90.

Sala das Sessões, em 21.11.91

(a) ERONDY SILVERIO.

REQUERIMENTO Nº 3167

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário preferência de discussão e votação para os Projetos de Lei nºs 485/91, 486/91 e 496/91.

Sala das Sessões, em 21.11.91

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO Nº 3168

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no

uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução nº 068/91.

Sala das Sessões, em 21.11.91

(a) LOURENÇO FREGONESE.

REQUERIMENTO Nº 3170

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 21.11.91

(a) JOÃO ARRUDA.

REQUERIMENTO Nº 3156

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a inserção na Ata da presente sessão de votos de congratulações para com a direção do SESC, tendo em vista a inauguração da unidade executiva de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 21.11.91

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Francisco Beltrão recebeu, no último dia 08 de novembro, mais uma unidade executiva do SESC. O benefício, de real importância para região, atingirá diretamente centenas de comerciantes e, de forma indireta, milhares de pessoas.

A unidade foi instalada numa área de 3.449 m² e a inauguração, pela importância, contou com a presença de inúmeras autoridades, como o já citado Presidente da Federação do Comércio, Dr. Rubens Brustolin e o Prefeito Nelson Meurer, de Francisco Beltrão.

Já para este mês de novembro o SESC programou diversas atividades que vão desde cursos criativos, passando pela prática desportiva até alcançar o turismo social. E, diariamente, desenvolve um amplo trabalho de recreação, atendimento à criança, exposições e mostras educativas. Além disso, oferecerá ainda, serviço de alimentação, biblioteca, serviço odontológico, sessões de vídeos para adultos e crianças.

Pela importância do evento solicitamos apoio dos demais Pares para aprovação do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 3157

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente

subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Congratulações pelo transcurso de mais um aniversário de Emancipação Política e Administrativa do município de Ampere, dia 28 de novembro.

Sala das Sessões, em 21.11.91

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

Ao completar seus 30 anos de emancipação política e administrativa, o município de Ampere pode orgulhar-se de sua economia, baseada na produção agrícola com muito destaque para o trigo, além de feijão e soja.

Os pioneiros vislumbraram o futuro promissor do antigo distrito de Realeza, do qual foi emancipado pela Lei Estadual nº 4348, de 11 de abril de 1961 e mantivemos o ímpeto da sua produção e do trabalho em geral, herança até hoje honrada pelos habitantes do município.

REQUERIMENTO Nº 3158

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Congratulações pelo transcurso de mais um aniversário de Dois Vizinhos, dia 28 de novembro.

Sala das Sessões, em 21.11.91

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Dois Vizinhos completa, neste dia 28 de novembro, 31 anos de sua emancipação política e administrativa, desmembrado de Pato Branco pela Lei Estadual nº 4245, de 25 de julho/1960, a qual foi autografada pelo então Governador Moyses Lupion.

Antes da decisão política, estava a extraordinária força produtiva da área que destacava o então distrito como grande produtor agrícola e pecuário. Seus índices de produção foram mantidos e desenvolvidos, elevando o município de Dois Vizinhos a um justo e destacado lugar de 3º do Sudoeste paranaense, em especial pela elevada arrecadação de tributos, principalmente o ICMS.

REQUERIMENTO Nº 3159

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente, subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Congratulação pelo transcurso de mais um aniversário de Emancipação Política e Administrativa do município de Pérola do Oeste, dia 27 de novembro.

Sala das Sessões, em 21.11.91

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Pérola do Oeste alcan-

çou a sua emancipação política a administrativa no dia 11 de abril de 1961, pela Lei Estadual nº 4348, desmembrado de Capanema.

Por estar localizado na região da grande Fronteira Oeste paranaense e estar entre os de especial importância para a Segurança Nacional, naquele mesmo ano de 1961, a 27 de novembro, foi instalado, tendo o seu primeiro Prefeito nomeado por ato do Governador Ney Braga. Sua boa produção agrícola e a boa participação na produção de suínos e de gado de corte, garantiram a Pérola do Oeste um lugar destacado na economia sudoestina e garantem-lhe justa participação na vida política regional do Estado.

REQUERIMENTO Nº 3152

Senhor Presidente.

O Deputado que subscrive o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se às autoridades abaixo relacionadas, solicitando às mesmas providências para a instituição do "VALE-TRANSPORTE ESCOLAR", conforme justifica:

a) Ao Presidente da República, Fernando Collor de Mello;

b) Ao Ministro da Educação, José Góes de Almeida;

c) Aos Senadores do Paraná, Afonso Carmargo Neto, José Eduardo de Andrade Vieira e José Richa.

Sala das Sessões, em 21.11.91

(a) JOSE ALVES.

JUSTIFICATIVA:

A Lei Federal nº 7.418, de 16.12.85, de autoria do eminente Senador Afonso Carmargo Neto, que instituiu o Vale-Transporte, regulamentada pelo Decreto nº 95.247, de 17.11.87, do Governo Federal, teve uma eficácia social tamanha, que hoje o Vale-Transporte é adotado, não só no setor privado, pelas empresas, mas também no setor público, beneficiando milhões de trabalhadores brasileiros.

Muito se diz sobre a educação brasileira, sobre a necessidade de o País superar a crise econômica e social em que se encontra, através do aprimoramento do cidadão brasileiro, de sua qualificação para o trabalho, através da educação.

A própria Constituição Federal, em seu art. 205, diz:

"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Se o Estado tem o dever de oferecer à população "ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria",

(art. 208, I, da Const. Federal), a sociedade, como um todo, tem que colaborar, promovendo e incentivando a educação fundamental.

Diz ainda mais a Constituição Federal:

"Art. 23 - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, e à ciência."

Art. 203 - "O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde."

O transporte do aluno à escola, constitui também um meio de acesso à educação, no sentido de "via, caminho", ou mesmo de função intermediária para o aluno realizar seus estudos.

O Vale-Transporte Escolar poderá beneficiar milhões de alunos de todo o País, que ocorrem diariamente às escolas.

Os recursos financeiros para atendimento desse programa, há diversos, entre eles os do FINSOCIAL, os do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, e os do Salário-Educação.

O alunos do 1º Grau do Ensino, principalmente, são os que mais precisam ser atendidos pelo Vale-Transporte Escolar, pois, é o setor que tem maior prioridade para atendimento na educação, devido à clientela de atendimento e à densidade demográfica educacional.

REQUERIMENTO N° 3170-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja convidado o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Pr. Sr. Mansur Teófilo Mansur, bem como o Vice-Presidente Sr. Divonsir Borba Côrtes Filho para opinarem e comentarem o Projeto de Lei n° 293/91 bem como se quiserem, dar sugestões no sentido de esclarecer alguns tópicos do referido projeto.

Sala das Sessões, em 21.11.91

(a) CARLOS SIMÕES.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação prende-se ao fato de que foi apresentado o Projeto de Lei n° 293/91 que dispõe sobre a remuneração de Advogados Dativos pelo Estado, sendo que Projeto semelhante existe em alguns Estados do País, funcionando maravilhosamente bem, citamos como exemplo o Estado de São Paulo, e para maior clareza aos Pares desta Casa de Leis nada mais esclarecedor que a opinião técnica e legal das autoridades

que representam a classe de advogados em nosso Estado, salientando que estamos em conjunto com a OAB/PR tentando de várias formas para que este projeto seja apreciado e aprovado pelo Plenário com isso trazendo benefício as pessoas que necessitam de acompanhamento judicial e ao mesmo tempo dando maiores condições de trabalho aos advogados.

REQUERIMENTO N° 3151

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilmo, Sr, Felix Romeo Braun - MD. Presidente da Nestlé do Brasil, a Rua da Consolação n° 896 - São Paulo - Cep. 01302, no sentido de se analisar a possibilidade de se instalar uma fábrica de processamento do soja, na cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 21.11.91

(a) JOÃO PREIS.

JUSTIFICATIVA:

O Noroeste do Paraná faz soar seu grito para implantação de projetos e investimentos, que visem mudanças estruturais reais, principalmente no que diz respeito ao setor alimentício, no intuito de proporcionar o aumento de produtividade, a maior oferta de emprego, a arrecadação de impostos, a melhor qualidade de vida, o verdadeiro desenvolvimento..

O vertiginoso progresso apresentado pelo município, habilita Maringá para receber grandes investimentos.

Cidade pólo da região, que se encontra localizada geograficamente privilegiada e, em decorrência natural é centro de passagem obrigatória, e cuja função polarizadora deverá ter ainda reflexos de grande influência para colocar Maringá em vantagem nas novas relações comerciais que se abrem com a integração do Cone-Sul..

Maringá polariza ainda, região altamente produtora do soja, que pela sua importância na produção da cultura, poderá perfeitamente se incluir nos planos da Nestlé do Brasil, diante da possibilidade de se implantar uma fábrica para o seu processamento, objetivando alimentos mais saudáveis, baratos e de maior valor nutritivo.

Desta forma, este Deputado que representa a região neste Parlamento, desde já se coloca a inteira disposição da Nestlé do Brasil, para que sejam iniciados entendimentos junto a Prefeitura Municipal de Maringá, que sem dúvida alguma, tem interesse em receber uma fábrica da maior empresa do setor alimentício no Brasil, e também do mercado internacional.

REQUERIMENTO N° 3160

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, solicitando sejam procedidos estudos no sentido de viabilizar-se a isenção, por parte da Companhia Paranaense de Energia Elétrica-COPEL, do pagamento das taxas de energia elétrica pelas instituições filantrópicas sediadas no Estado do Paraná, beneficiando diretamente milhares de entidades que se prestam à assistência social.

Sala das Sessões, em 21.11.91.

(a) PLAUTO MIRO QUIMARAES

JUSTIFICATIVA:

Isentar as instituições filantrópicas das taxas de energia elétrica é garantir-lhes um problema a menos todos os meses e beneficiar entidades que passam por grandes dificuldades, aprofundadas nestes tempos em que a crise é ainda maior.

Beneficiar quem muito dá de si pelo bem de outras pessoas menos aquinhoadas pela sorte é o objetivo desta proposição, o que ao nosso ver facilitaria o trabalho social de milhares de pessoas que se entregam às atividades de bem servir seus semelhantes menos favorecidos.

De caráter social relevante, esta isenção colocaria os paranaenses em posição de destaque na busca desenfreada, que atinge a todos os cidadãos conscientes, de uma solução que reduza os altos índices de miséria que atingem o país.

REQUERIMENTO Nº 3161

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, solicitando sejam procedidos estudos no sentido de viabilizar-se a isenção, por parte da SANEPAR, do pagamento das taxas de água e esgoto pelas instituições filantrópicas sediadas no Estado do Paraná, beneficiando diretamente milhares de entidades que se prestam à assistência social.

Sala das Sessões, em 21.11.91.

(a) PLAUTO MIRO GUIMARAES

JUSTIFICATIVA:

É sabido de toda população que as instituições que prestam assistência social convivem com grandes dificuldades financeiras e que, somente devido a sua grande persistência é que conseguem manter-se em funcionamento.

Da mesma forma, não é necessário destacar-se o grande trabalho que é desenvolvido por estas instituições, que mesmo em

meio aos grandes problemas que constantemente atravessa, persistem em suas obras, atendendo a um número crescente de carentes, em todas as faixas de idade.

A isenção do pagamento das taxas de água e esgoto por estas instituições não acarretaria grande redução na arrecadação da SANEPAR mas, em contrapartida, aliviaria consideravelmente a carga de pagamentos devidos por estas entidades, que assim poderiam dispor de forma mais eficiente daqueles valores.

REQUERIMENTO Nº 3162

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Saúde, Nizan Pereira, solicitando a liberação de recursos financeiros, para a aquisição de uma ambulância para o Município de Rio Azul.

A solicitação em tela, se atendida irá proporcionar à área de saúde do Município postulante, melhores condições de atendimento em termos de saúde pública, notadamente será elevado o nível da qualidade, com um pronto atendimento.

Sala das Sessões, em 21.11.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 3163

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança, Moacir Favetti, solicitando a liberação de recursos financeiros para a aquisição de uma viatura policial para o Município de São João do Triunfo.

Com a aquisição do equipamento ora em pauta os policiais do município postulante terão uma ação policial muito mais efetiva no combate à criminalidade local, haja vista que, os marginais encontram-se cada vez mais equipados para o cometimento dos crimes.

Por certo, a Municipalidade ficará muito mais tranqüila no que concerne à Segurança Pública, se o solicitado for atendido.

Sala das Sessões, em 21.11.91.

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO Nº 3155

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais deste Poder Legislativo, do artigo intitulado "O PIOR É SE A

MODA PEGA", de autoria do eminente jornalista político Carlos Chagas, publicado pelo matutino "Gazeta do Povo", no dia de hoje.

Sala das Sessões, em 21.11.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 531/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a fazer transferências de funcionários públicos somente em data coincidente com o período de férias escolares de final de ano, nos casos de mudanças de domicílio para outra cidade do Estado.

Parágrafo Único - Desde que por vontade expressa do funcionário público, poderá o Poder Executivo transferir o mesmo à qualquer tempo, sem observar o preceito do "caput", deste artigo, ou em caso de extrema necessidade do serviço público.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.11.91.

(a) SEVERINO FELIX

JUSTIFICATIVA:

A proposição de nossa medida tem cunho altamente social, já que muitas vezes o funcionário público ao ser transferido para outra cidade sofre sérias inconveniências em sua vida familiar, como por exemplo, a perda do período escolar de seus filhos, quando esta transferência é feita em plena atividade escolar.

Não é justo que os filhos dos funcionários públicos paguem por tal fato. Perdendo um ano escolar de suas vidas, onde num país como o nosso, a educação é um direito difícil de ser adquirido e se torna mais difícil ainda mantê-lo, devido a escassez de escolas públicas ou privadas de bom nível, dificultando em fazer matrículas (devido ao limitado número de vagas, onde há pouco tempo, se viu nos meios de mídia, pais que passaram a madrugada em filas para poderem matricular seus filhos nos estabelecimentos de ensino, e por último, a dificuldade econômica de manter os filhos nas escolas.

Assim sendo, através de nosso projeto pretendemos humanizar a presente situação, tornando-a menos traumática aos familiares do funcionário público.

Pelo acima exposto, esperamos poder contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação de nossa medida.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do Expediente.

Curitiba, quinta, em 21.11.91

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado José Alves.

O SR. JOSÉ ALVES - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

O que me traz hoje a esta Tribuna é a notícia em todos os jornais do nosso Estado e também de outros Estados, da expulsão do Governador do Paraná do seu partido, o PMDB.

Nós lamentamos que isso aconteceu, porque afinal de contas, Roberto Requião é a autoridade máxima deste Estado, o nosso Governador.

Governador que teve a maioria nas eleições passadas e que hoje é expulso do seu partido.

Nós achamos que a direção nacional do PMDB, na minha concepção, não agiu certo. Porque se o meu Partido tivesse um Governador, jamais - eu creio - expulsaria a autoridade máxima, que seria o Governador do Estado.

Então, nós estamos solidários a Sua Excelência o Governador Roberto Requião e lamentamos o que a direção nacional do PMDB fez com o Governador de todos os paranaenses, afinal, o nosso Governador.

Lamentamos esta decisão. Estamos solidários ao Governador Roberto Requião e lamentamos, mais uma vez, esta brusca decisão do PMDB Nacional.

Era isto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, Senhora Deputada e Senhores Deputados.

Eu, ao contrário do Deputado José Alves, quero me solidarizar com o Diretório Nacional do PMDB, porque nós, que fomos as vítimas deste cidadão aqui no Paraná nas eleições para Governador, agora vemos que seus próprios companheiros o julgaram.

E, diga-se de passagem, o Governador realmente não tem amigos no Brasil inteiro. Não é só no Paraná.

O Governador perdeu de "goleada", Senhor Presidente: foi 108 a 4. É inadmissível, se qualquer um de nós fôssemos de um Partido, pelo menos 10% dos votos nós teríamos que ter, alguns amigos neste Brasil.

Mas, demonstrou-se que o Governador do Estado não tem amigos no Brasil inteiro. Perdeu de "goleada", deixou o Paraná em situação difícil, porque ele ao invés de governar o Paraná, está aí fazendo as suas peraltices por todo o Brasil. Hoje, o Governador do Paraná é motivo de deboche de todo o Brasil, porque não sabe fazer política, não sabe se impor, no cargo que ele exerce.

Ele tem um poder enorme e não sabe usá-lo. Sabe usá-lo, sim, para denegrir o Estado do Paraná.

Quero deixar o meu voto à direção nacional do PMDB. Realmente, a atitude é a acertada e esta atitude, se eu fizesse parte para votar estaria votando, porque o que este Governador fez aqui no Paraná, com Tony Garcia, com Max Rosenmann, com José Carlos Martinez, que está tentando fazer com o Senador José Eduardo, quis fazer com outras personalidades deste País, personalidades deste País.

Mas, ontem ele recebeu o verdadeiro troco, ele tem que voltar ao Paraná ao invés de estar passeando por São Paulo e Brasília, voltar ao Paraná e governar este Estado, porque está completamente desgobernado, não está governando, tem programas só de televisão e só de propaganda, porque na verdade os seus programas em nada funcionam.

Era isso.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Primeiramente quero solidarizar-me pelas posturas das Oposições aos vetos do Presidente da República quanto à política salarial, no Congresso Nacional.

No momento de crise, no momento de miséria, no momento de uma inflação galopante, quando o Governo deste País deixa com que a inflação que ele acabaria com um só tiro, descambar, e nem uma metralhadora segura mais, não aceita a correção do salário mínimo, que é esta vergonha de 42.000,00 o Congresso Nacional, as Oposições do Congresso Nacional se mantêm com uma postura de demonstração de fato de que desta forma se representa os anseios da classe trabalhadora, deste País.

E, neste momento, me solidarizo com a postura tomada pelas Oposições do Congresso Nacional, por tentar inviabilizar o veto do Presidente da República que tenta congelar o salário mínimo até o mês de janeiro de 1992.

Nós acreditamos que a melhor receita, neste momento, seria sugerir ao Presidente da República, ao Ministro da Economia e aos outros tantos que procurassem viver apenas um momento, um mês, com salário de 42.000,00 que ele quer que se mantenha para os trabalhadores deste Brasil.

Então nossos parabéns pela postura do Congresso Nacional, nesta oportunidade.

Há duas semanas passadas nos reportamos, nesta Tribuna, a respeito de episódios referentes ao processo da Educação,

neste Estado.

E alertávamos sobre a preocupação que tínhamos com relação ao retrocesso que se encaminhava, a nível de Paraná.

Quando se pedia a inconstitucionalidade de uma Lei que dava às escolas públicas do Estado, o exemplo da democracia através da escolha dos diretores pelo processo direto, pelo processo democrático, e registrávamos, naquela oportunidade, que este processo democrático, de fato, incomodava o Governo do PMDB.

A democracia representada por pais, pela sociedade escolar, pelos professores e pelos membros da escola pública deste estado, incomodaram, tanto incomodaram que houve a revogação.

E nós temos a grata satisfação de ler-mos, aqui na revista ISTO E, que traz na capa a dama de ferro, que foi à forra, a ex-Ministra, Zélia Cardoso de Melo, no dia 23 de outubro de 1991.

Na página 41, estamos vendo em destaque o que não houve aqui em relação ao decreto autoritário do Governo do Estado referente ao processo que, lamentavelmente, terminou o processo de inscrições para concorrer à imposição do Governo nas eleições nas escolas.

E, infelizmente, estamos tendo um número mínimo pelo protesto dos professores à esta imposição do Decreto do Governador, quanto ao processo da democracia nas escolas públicas do Paraná.

Vemos registrado, para nossa satisfação, e para demonstração de que a democracia interesse se não ao Paraná, mas a muitos estados deste País, ela interessa na discussão do processo de sua sociedade.

A Revista "IstoE/ Senhor", desta data que acabamos de registrar, tem uma colocação do Secretário de Educação do Estado da Minas Gerais, enaltecendo o processo participativo, enaltecendo a democracia nas escolas públicas do Estado de Minas Gerais.

Em Minas Gerais, o processo democrático é definido pelo Governo, é elogiado pelo Secretário de Educação que, com certeza, estão sentindo que a participação do povo na escolha dos seus representantes, a sociedade mineira sente aquilo ali como uma participação maior no processo democrático e na efetivação das coisas públicas.

Para nossa satisfação vemos aqui registrado preocupação semelhante na garantia dos direitos democráticos.

Enquanto aqui no Paraná parece que há o saudosismo com o processo antidemocrático imposto pela Revolução de 64, onde as coisas eram feitas pelo poder da força.

Acho que este exemplo que dá Minas Gerais, e que é destacado numa revista de repercussão nacional, deve ser le-

vado ao conhecimento de todos os cantos do Estado do Paraná, principalmente deste Parlamento. Estamos vendo que Minas Gerais adota as eleições diretas para a escolha dos diretores de escolas. Gostaria de destacar alguns pontos para os Senhores Deputados tomarem conhecimento, porque isto vai servir de exemplo para a posição do Paraná em questões onde o povo deve participar; porque a democracia não deve ser feita apenas na casa do vizinho, mas na nossa casa também ela poderá nos ajudar muito.

Diz aqui: exercer o cargo de diretor de escolas da rede estadual de ensino, em Minas Gerais, exige desde o domingo, dia 13, um atributo especial, o de ser aprovado no teste das urnas. Esta saudável prática democrática, a das eleições diretas, incorporada agora oficialmente à escolha dos dirigentes das escolas de primeiro e segundo graus, atende à uma antiga reivindicação dos professores, insatisfeitos com as velhas formas clientelistas de fazer política, ainda que à custa da educação. Inovadora em relação ao que é aceito em outras regiões do País.

Lamentavelmente o Paraná não está mais se incluindo neste processo democrático que ele abriu, para nossa satisfação, ainda no Governo do atual Senador José Richa, que naquele Governo, como também no Governo Alvaro Dias, o processo democrático servia e fazia bem à comunidade escolar e à sociedade paranaense como um todo.

Diz: o processo combina mérito, aptidão para liderança e participação da comunidade. Esta é a afirmação do Secretário de Educação de Minas, Walfrido Maris Guia. Seu otimismo é compartilhado com os professores, seu otimismo é compartilhado com o sindicato de professores do Estado de Minas Gerais.

Mais adiante o próprio Sindicato diz: o processo, o que não vai acontecer no Paraná porque infelizmente aqui a omissão da presença de professores candidatos se deve a intromissão autoritária através de um decreto do Governo do Estado no processo democrático de eleição e não por não termos candidatos que queiram participar, mas fica aqui registrado que a não-participação na maioria das escolas públicas do Paraná se prende ao protesto dos professores da rede pública estadual ao decreto de imposição e anti-democrático do Governo deste Estado.

E lá, diz o sindicato, "o processo reduz o autoritarismo e estimula a participação." O nosso é o contrário, o nosso estimula a participação do autoritarismo, o que faz justamente o contrário e Minas Gerais. E destaca ainda que cerca de quinze mil e oitocentos candidatos disputam a direção de quatro mil setecentas e dez es-

colas em setecentos e vinte e três municípios daquele Estado.

Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu creio que este exemplo que já têm outros Estados, procurando participar porque a democracia ajuda na construção, ajuda na administração da coisa pública, está lamentavelmente ferido no caso do Estado do Paraná.

Que o exemplo de Minas Gerais sirva para a maioria dos Estados brasileiros e que volte a servir, quem sabe, para o Estado do Paraná que foi o pioneiro neste exemplo que, lamentavelmente, o autoritarismo e a anti-democracia do atual governo fez com que o processo fosse revogado através de um decreto.

E também gostaríamos de demonstrar a nossa insatisfação, na data de ontem nós entramos com uma ação direta de inconstitucionalidade contra esse decreto no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, manifestando de fato que o autoritarismo não deve se sobrepor à democracia, porque a face do autoritarismo foi vivida neste País por mais de vinte anos do regime militar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrando o horário do Pequeno Expediente e não havendo oradores inscritos no Grande Expediente, passamos ao horário das Lideranças.

PDT.

(Declina).

PRN.

(Declina).

PSDB.

(Declina).

PMDB.

Com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não era nossa intenção vir à Tribuna para falarmos acerca do episódio que teve um desfecho na noite de ontem, em Brasília, por ocasião da reunião do Diretório Nacional do meu Partido, o PMDB, que culminou com a expulsão do nosso Governador, Roberto Requião, por vontade daquele Diretório Nacional, mas tendo em vista as considerações aqui formuladas pelo Deputado José Alves, as quais agradecemos sua solidariedade, e pelo Deputado Rossoni, nós nos sentimos no dever de comparecer nesta Tribuna para em primeiro lugar, como disse, nos solidarizarmos com as palavras do Deputado José Alves e, em segundo lugar, para não aceitar as insinuações formalizadas pelo Deputado Valdir Rossoni que vem à Tribuna parecendo ser um dos integrantes do Diretório Nacional do meu Par-

tido que, numa demonstração de falta de democracia, de respeito ao programa que o próprio partido escreveu e aprovou um dia, pratica um ato, na nossa opinião, arbitrário e de um autoritarismo próprio dos tempos do regime militar em que o AI-05 era a força maior que imperava neste País.

E não são apenas nossas essas palavras, mas de personalidades brasileiras do campo jornalístico, como o próprio jornalista Carlos Chagas que, em artigo publicado em sua coluna hoje, na GAZETA DO POVO, traz com clareza a sua opinião acerca do episódio ocorrido em Brasília na noite de ontem, lembrando que fatos semelhantes a esses só outrora aconteceram sob a égide, sob a vigência do AI-05.

Não tem razão o Deputado Valdir Rossoni quando vem à Tribuna e diz que Roberto Requião, o Governador de nós os paranaenses, só tem ao seu redor inimigos e que além dos inimigos do Paraná demonstra agora que tem inimigos pelo Brasil.

Eu não posso aceitar isto como uma verdade e como uma palavra definitiva, porque quem conseguiu nas urnas eleger-se Governador numa disputa ferrenha no Estado do Paraná, onde saiu de uma pesquisa eleitoral com cerca de 30 pontos de vantagem, chegando a Governador do Paraná, não pode ser considerado como sendo uma pessoa que tem inimigos neste Estado, e muito menos como sendo uma pessoa que tem inimigos e só inimigos por este Brasil afora.

Eu acredito que hoje se fosse dado o direito de uma consulta popular, não só no Paraná, mas no Brasil, eu tenho certeza que Requião haveria de somar ao seu lado muito mais amigos do que inimigos, porque a postura que vem adotando o Governador Roberto Requião não é uma postura daquele que tudo assiste e vê coisas erradas e se cala.

O Governador Roberto Requião desde o tempo em que era estudante o militante estudantil, sempre foi uma pessoa que buscou na contestação, a busca da verdade, que buscou nos seus atos a transparência daquilo que sempre fez, que buscou no exercício do Governo, seja do Governo Parlamentar, aqui na Assembléia Legislativa, no Governo Municipal, como Prefeito, no Governo do Estado, como Secretário, e hoje como Governador do Estado do Paraná, buscou sempre na retidão, na seriedade, a sua única maneira de agir.

E não concordou e não concorda, ele, o Governador, e não concordará ele com a postura que vem adotando a Executiva do nosso Partido Nacional, com a qual, nós também e outros ilustres companheiros peemedebistas e até mesmo companheiros que não são da nossa agremiação, têm se colocado de forma contrária à maneira como vem se conduzindo o Diretório Nacional do nos-

so Partido, especialmente a nossa Comissão Executiva Nacional, que tem se fechado de maneira sistemática as portas para a participação do Paraná.

O Paraná que tem dado exemplos de bons Governos, o Paraná que tem dado exemplos de vitórias para o Partido das disputas eleitorais e tem recebido do nosso Partido, a nível nacional, apenas um tratamento de isolamento.

Foi assim quando Alvaro Dias buscou sua indicação na condição de postulante a candidatura de Presidente da República.

Foi assim quando se tentou a formação de uma chapa para disputar o Diretório Nacional e foi assim também agora, quando, na pior hipótese, poderia o nosso Governador receber, quem sabe, uma advertência, mas foi ele cassado, foi ele expulso, como se fazia nos velhos tempos da ditadura, quando o AI-5 era a maior força institucional do nosso país.

O Sr. Dobrandino Silva - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento).

Nobre Deputado Orlando Pessuti, quero lhe parabenizar por essa intervenção. Se assim não o fizesse, eu, mesmo não sendo Líder da Bancada, eu faria esse pronunciamento em defesa do nosso Governador Roberto Requião. O nobre Deputado Valdir Rossoni realmente o fez muito bem, esse tipo de pronunciamento, ainda sente a dor da derrota do seu aliado José Carlos Martínez, que na campanha ao Requião, denunciar os trambiques dele, porque todo mundo sabe que é trambiqueiro, ele caiu por terra no seu projeto.

Mas quero discordar, dizendo ao nobre Deputado Valdir Rossoni que Requião só tem inimigos, não é verdade. E disse muito bem, meu nobre Líder, se fizerem uma pesquisa hoje no Paraná, eu lhe aposto que Roberto Requião, com as suas atitudes e com o seu apoio que lhe tem mantido na Assembléia, da Bancada do PMDB e dos seus aliados, com posição firme este Governo hoje tem muito mais adesão do que teve no dia 15 de novembro.

Posso lhe assegurar que hoje a grande maioria do povo do Paraná está contente com o Governo do Requião; e eu sei que com essa posição, Nobre Deputado, não agrada exatamente V.Exa. V.Exa toma posições, e eu acho que esse discurso é um discurso de sobrevivência.

Nós entendemos, nós respeitamos, mas não concordamos.

Obrigado, Nobre Deputado Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Concedo o aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni - Eu acredito, Senhor

Deputado, de que as avaliações das pesquisas do Nobre Deputado Dobrandino não são as mesmas das minhas. Agora eu vi que realmente preocupou o líder, a V.Exa, quando eu disse que o Governador tem muitos inimigos.

Não: ele tem bastante inimigos no Brasil pela votação que notamos ontem. Agora ele tem 4 entre 112, não é bastante, e tem mais dois grandes inimigos, inclusive um trabalha no Palácio Iguazu, que é o "Baiano da Foice" e o "Ferreirinha", que estão procurando e que também não podemos dizer que foi amigo.

Se o Deputado José Carlos Martinez é trambiqueiro, o que nós poderíamos falar de um Governador que ganhou as eleições como ganhou aqui com a maior farsa eleitoral que já foi feita neste Brasil.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Concedo o aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin - Deputado Orlando Pessuti, eu gostaria de solidarizar com V.Exa e dizer que lamentamos muito o fato ocorrido da expulsão do nosso Governador do Paraná, Roberto Requião, e especialmente porque ele foi expulso do PMDB exatamente por discordar, por denunciar, por levar a público os fatos ocorridos na administração de São Paulo do Presidente Nacional do PMDB, o ex-Governador Orestes Quêrcia.

E ficamos tristes por ver que neste País quando a população reclama de que as administrações públicas devem ser transparentes e que na democracia a transparência ocorre muito mais depressa, e no ex-Governador de São Paulo exatamente isso ocorreu: transpareceu para o Brasil inteiro a sua administração e, por isso, o nosso Governador fez as denúncias, abriu um canal de denúncias para a população brasileira e, por isso, ele paga com a sua expulsão.

O Paraná tem sido exemplo nacional de eficiência e de seriedade, e o Paraná, com isso, vem sofrendo. Por isso, eu gostaria de solidarizar com V.Exa. e com o Governador Roberto Requião e dizer que não haverá de se fecharem as portas para aqueles que militam na vida pública com vontade de acertar e com vontade de servir a população. E eu tenho certeza que o nosso Governador Requião tem essa determinação de ser um homem público honrado, capaz de corresponder os votos que recebeu, porque assim o fez quando foi Deputado Estadual do Paraná, assim o fez quando foi Prefeito de Curitiba, da nossa Cidade, e assim o fará como Governador, estando ou não no PMDB.

Nós acreditamos, com certeza, que o ser político Roberto Requião continuará na sua luta para buscar um espaço dentro da

sociedade, prestando um serviço sério, dedicado para a causa pública.

Muito obrigado, Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Nelson Justus - V.Exa. me concede um aparte?

(Assentimento).

Eu quero nesta oportunidade ao nobre Líder do Governo me manifestar também, muito embora acredite que esse assunto meramente doméstico do PMDB não deve nem fazer parte das operações aqui desta Casa neste momento.

Esta Casa, este Parlamento, tem procurado ser o mais sério, o mais independente possível e não nos caberia aqui neste momento ficar entrando na casa do vizinho, porque fatos como esse demonstram infelizmente a falência dos partidos políticos do nosso país.

Esse PMDB, seja de Quêrcia, seja de Requião, seja de quem for, seja de Alvaro, ou PST ou seja o que for, na realidade, infelizmente, são partidos que têm donos. Não têm filosofia alguma, não demonstram coerência alguma e isso nos preocupa sobremaneira e nos toma tempo e eu gostaria de estar ocupando este tempo aqui neste momento, para hipotecar ou não a minha solidariedade a este ou aquele governante.

A preocupação nossa nesse instante tem que ser com as nossas legislações, com as nossas fiscalizações, com as coisas inerentes à nossa Casa. É bem verdade que ninguém abre caminhos fechando portas e se essas pessoas que procuram, no decorrer de suas vidas, fechar as portas colhem aquilo que plantam.

Não cabe a nós aqui, julgar essa ou aquela decisão. Cabe a nós, sim, nesse instante, procurarmos auxiliar, fiscalizar, legislar, procurar errar o menos possível. Se as manchetes do Brasil inteiro envolvem hoje o nome do Governador do Estado, nós temos mais é que lamentar.

Nós gostaríamos de ver manchetes do nosso governador, enaltecendo-o pelos seus programas, pelos seus trabalhos, pelas suas obras e não por brigas internas de partidos que não têm filosofia, nem doutrina, nem coisa nenhuma. Têm realmente, caciques, de todo o lado, como de resto, a grande maioria deles.

Por isso, eu gostaria não de hipotecar a minha solidariedade ao Governador Roberto Requião, porque não vejo demérito nenhum em ser expulso de um partido como o PMDB. Talvez até pudesse felicitá-lo, mas gostaria sim de pedir para que nós aqui nesta Casa, procurássemos esquecer episódios lamentáveis como esse que envolvem o nosso Estado e entendo perfeitamente a posição de Vossa Excelência que deve estar constrangido, magoado e a Vossa Excelên-

cia, sim, como Líder do PMDB, eu hipoteco a minha solidariedade.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, peço mais um minuto para concluir.

Agradeço os apartes oferecidos pelos Deputados Neivo, Deputado Dobrandino, Deputado Rossoni e pelo Deputado Justus.

Quero reafirmar aqui, dizendo que a questão da farsa ou não do "Ferreirinha" e do "Baiano da Foice", Deputado Rossoni, quem vai dizer se isso foi farsa ou não, é a Justiça onde os processos estão tramitando.

Não seremos nós que vamos dizer se foi farsa ou se não foi farsa. Nós temos certeza de que aquilo que disse "Ferreirinha" aquilo que disse o "Baiano da Foice" e Vossa Excelência também tem certeza de que aquilo aconteceu de fato, não só lá na colonização de Assis Chateaubriand mas em todas as colonizações que outrora tiveram lugar nesse Estado do Paraná.

Naquele caso, por conseguinte, o agente era o Martinez. Por isso que se falou nele. Não concordo também, quando diz o Deputado Justus que os partidos não têm ideologia, não tem história, não têm princípios ou coisa parecida.

O MDB e o PMDB nesses mais de 20 anos de luta fez a sua história, sempre teve no seu programa, a sua bandeira maior de luta e nós estamos, de fato, entristecidos no dia de hoje, porque a partir de uma decisão como essa que a Executiva Nacional do nosso partido tomou, através do Diretório, fica evidente que o Partido a nível nacional, comandado pelo ex-Governador Orestes Quêrcia, está jogando para fora, está jogando na lata do lixo, toda uma história construída ao longo de muitos anos de sacrifícios, de mortes e de militância, coisa que não se pode jogar para fora e o PMDB foi, sem sombra de dúvida, a maior vanguarda de luta dos povos sofridos deste país, nos momentos de maiores dificuldades, da ditadura, das cassações, das perseguições.

Isso tudo não pode ser jogado fora. E a nossa tristeza é a de termos estado neste Partido desde a primeira hora em que nos transformamos em eleitor em 1971, filiando-nos num partido em que o nosso pai era presidente, desde que se criou lá em Jardim Alegre, em 1967.

A nossa maior tristeza é de estar vendo tudo isso hoje sendo desrespeitado pela vontade deste sim que hoje se transformou no dono do PMDB nacional, porque o PMDB nunca foi um partido de dono, foi partido de lideranças autênticas, de lideranças compromissadas com a vontade da população, das causas sociais e infelizmente hoje pela postura do Diretório Nacional se transforma a exemplo de outros Partidos,

em partidos que têm dono e que uma única palavra pode valer por todos os brasileiros.

Quero agradecer ao Presidente a tolerância e lamentar que no Brasil ainda onde nós estamos buscando o fortalecimento das bases partidárias se utilize da força para condenar a opinião das pessoas que, ao longo da vida, sempre se pautaram pela defesa dos interesses sociais da população.

O SR. ANTONIO COSTENARO NETO - (Pela Ordem). Gostaria de registrar a presença nesta sessão de hoje, do nosso companheiro de Jandaia do Sul, Senhor Waldomiro Barbieri, Presidente do PFL de Jandaia do Sul, onde foi Vereador por dois mandatos e Vice-Prefeito de Jandaia do Sul.

Hoje, é um dos diretores da nossa empresa COPERVAL e diretor também do Hospital Regional do Vale do Ivaí. Ele nos honra com a sua presença na nossa Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Devidamente registrado.

PL com a palavra.

(Declina).

PST.

(Declina).

PFL.

(Declina).

PT.

Com a palavra o Senhor Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em casa de pilantra não convém falar mal do pai sob pena de ser expulso do lar. É uma lição que aprendemos hoje.

E é interessante observar que companheiros de ontem, carregados de virtudes, dependendo do momento, passam a ser vistos de outra forma. Eu lembro que o PT pregou no deserto, denunciou o Governo Quêrcia, denunciou suas irregularidades.

Só quando houve esta conveniência de alguns setores é que essas denúncias passaram a ser abraçadas por companheiros e ex-companheiros do ex-Governador Quêrcia.

É lamentável.

Mas, deixando as questões domésticas de lado, que são questões internas, "corporis" do PMDB, vimos hoje a esta tribuna com uma preocupação muito grande sobre os destinos do nosso País e os destinos do nosso povo.

Ontem, o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, com muita habilidade de comunicador que é, fez aqui um discurso veemente nesta tribuna, mostrando que a viúva de um policial, assassinado, está vivendo com 34 mil cruzeiros por mês, enquanto que, o assassino, pelo quadro que foi pintado pelo

Deputado, praticamente ao invés de ser enviado a uma prisão, estava sendo deslocado para um hotel cinco estrelas.

Eu também questioneei aquele depoimento, principalmente por não abordar as causas sociais que levam a essa degradação e que criam esses monstros como aquele que assassinou o policial na nossa sociedade.

Agora me permitam, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Na noite de ontem se cometeu um crime muito maior no Brasil.

Um crime que atingiu e decretou a pena de morte para milhões e milhões de brasileiros.

Esse crime foi cometido num salão luxuoso, com carpetes luxuosos, por pessoas que ganham quatro, cinco milhões de cruzeiros por mês, sobre a batuta de um maestro que gasta 160 milhões de cruzeiros para comprar camarão e seda, um cidadão que sapateia em cima da miséria e da vergonha a que está submetido hoje o povo brasileiro.

Só que esses criminosos hoje, lamentavelmente, estão comendo seus canapês, seus camarões, seus caviar, seus vinhos alemães, freqüentando os restaurantes finos de Brasília, são aqueles que pediram na noite ontem, que nós fixássemos Senhores Deputados, em 56 mil cruzeiros o salário-mínimo no Brasil esse mês.

O Paraguai, País-irmão do 5º mundo, tem um salário-mínimo de 156 mil cruzeiros.

Me permitam aqui, eu até nesse momento, começo a me inclinar favoravelmente a existência da pena capital nesse País.

Só que eu entendo que a pena capital nesse País, deve ser aplicada aos responsáveis por isso que está aqui.

Nós temos aqui um cidadão, morto-vivo que morou dois anos na caixa d'água, é o Senhor Hermôgenes, desempregado, mecânico, que não conseguiu trabalho na cidade e aqui está a situação desse cidadão.

O Hermôgenes, teve um azar na vida, nasceu brasileiro e com certeza foi educado na honestidade e não aprendeu a roubar, a ser assaltante de toca-fitas de residências, como diz na linguagem polícialasca "cachangueiro, puxador de carro", o Hermôgenes não aprendeu a roubar, e olha aqui está o Hermôgenes (demonstra o jornal) um típico descamisado e vejamos a situação do cidadão, está morrendo de fome.

Outros também não sabem roubar, aqui está a Folha de São Paulo desta semana a 20 quilômetros da Casa da Dinda, onde o nosso generoso Presidente Collor, aquele que ia acabar com a corrupção, fazer um Governo para os descamisados ia colocar o Sarney na Cadeia, enquanto o presidente passeia de jet-sky, come camarões, lagostas, fica observando as suas cortinas de

seda; nós temos aqui uma multidão de brasileiros, disputando o lixão da Prefeitura - temos aqui até uma criança que cata nos lixos, nas sacolas de lixo de plástico, pedaço de alimento para si.

Tem uma cena até pior nesse País. Tem aqui o Amaro da Silva, trabalhador rural de Pernambuco, desde o seu bisavô ele trabalha para os usineiros, aqueles que financiaram cinco jatinhos "lear-jet" o nosso presidente circulava pelos céus do Brasil durante a campanha eleitoral, desde o tataravô foram trabalhadores nas indústrias de cana. E, com certeza o tataravô lhe ensinou as normas da conduta, da honestidade e do trabalho.

Olha o que aconteceu hoje com o tataraneto, chamado Amaro da Silva.

Ele se transformou num cidadão de estatura inferior aos dos pigmeus da África - ele tem um metro e trinta e cinco de altura, por causa da subnutrição crônica e histórica que o nosso povo está passando. Mas, se não bastasse isso, Senhores Deputados, existe uma foto aqui, esta sim, as pessoas que têm um mínimo de sensibilidade neste País não podem ver isso caladas. Aqui tem um cidadão armado com uma espingarda, que protege o seu lixão e não deixa os outros miseráveis catarem o lixo e a comida naquele seu território.

É o que eu dizia ontem: que o nosso povo está, literalmente, lutando e se matando pela lata do lixo, pelos restos que escorrem das mesas dos tubarões e dos poderosos deste País.

Mais abaixo há uma cena, Senhor Presidente e Senhores Deputados, de uma criança de 4 anos de idade que precisa ser amparada para ficar em pé, porque a subnutrição é tanta que sequer forças para ficar em pé ela tem. Este é o outro Brasil.

Ontem, Senhores Deputados e Senhor Deputado Alborghetti, os Deputados Federais que dão apoio ao Governo impediram que no Natal do dia 25, milhões e milhões de pais de família talvez não possam dar mais do que uma sopa de galinha, colocar na mesa dos seus filhos como única refeição, o que dirá um presente!

Agora, eu pergunto: como é que nós podemos admitir o Hermôgenes, o Amaro da Silva, estas crianças, e exigir que eles continuem sendo honestos, neste País, enquanto que os homens que ganham fortunas nos tapetes aveludados do Palácio do Planalto, no Congresso Nacional, negam ao nosso povo o direito a viver do seu trabalho?

Felizmente, Senhor Presidente, não são todos os homens que fazem parte da elite deste País, principalmente da elite política, que tem o poder de decisão, que são insensíveis, cruéis e até assassinos do nosso povo. Existem, infelizmente em mi-

noria, aqueles que têm a dignidade de lutar.

É por isso que nós, hoje, pedimos a esta Casa que aprovemos uma moção de solidariedade ao Deputado Paulo Paim, que se encontra desde o dia de ontem em vigília dentro do Congresso Nacional, passando a pão e água, a exemplo de milhões e milhões de brasileiros por este País afora, exigindo que o Congresso Nacional aprove uma lei que pelo menos dê o direito à vida a milhões de brasileiros.

Nós pedimos à Assembléia Legislativa do Paraná que dê a sua solidariedade, o seu apoio, a manifestação do Deputado Paulo Paim, que é um exemplo para todo este País. E acima de tudo, um "puxão de orelhas" naqueles que têm o poder de decisão, nesta terra, para que comecem, efetivamente, a usar o seu poder de decisão para resgatar a dignidade e a vida do nosso povo, que está morrendo às mínguas, está se matando pela lata do lixo. E esta situação, Senhores Deputados, esta herança nós não podemos legar aos nossos filhos!

Não é possível um País onde dez milhões de brasileiros têm acesso a automóveis de luxo importado, a caviar, a vinhos franceses e a maioria do nosso povo tenha que se alimentar e se matar para poder pegar um pedaço de lixo!

E por isso que nós não poderíamos deixar de vir aqui hoje, com indignação e com revolta deixar de colocar esta posição. Todos são favoráveis aos trabalhadores, aquela conversa fiada de eleição, somos governo de esquerda, vamos acabar com a corrupção, etc., etc., etc. Mas no momento em que uma legislação, que visa resgatar este compromisso social, é colocada na Ordem do Dia, como foi ontem, no Congresso Nacional, a tirania de uma classe, eleita, muitas vezes com as cestas básicas da LBA! Uma classe que se volta contra o nosso povo, como tiranos que estão nos usurpando, estão acabando com este País e principalmente acabando com o nosso povo, entregando as nossas riquezas para fora e negando um pedaço de pão ao nosso povo, aqui dentro!

Eu agradeço a paciência de Vossa Excelência, Senhor Presidente e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrado o Horário das Lideranças. Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 063/91, subscrito pelo Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, justificando a ausência do Sr. Deputado Nelson Garcia

na presente Sessão Plenária, conforme ofício anexo. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 150/91, subscrito pelo Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente, justificando sua ausência na presente Sessão Plenária, em virtude de viagem ao interior do Estado. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Severino Félix, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para os Projetos de Lei nºs 485/91, 486/91 e 496/91. Aprovado.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu não quero ser indelicado com o Deputado Pessuti, eu gostaria de indagar de Sua Excelência como ele prefere ser chamado doravante, se Líder do Governo do Paraná ou Líder do PMDB. Então como nós vamos ter tratativas parlamentares agora eu gostaria que Sua Excelência me dissesse que tipo de tratamento prefere de nós, que somos seus Pares, e pretendemos manter com ele uma atitude respeitosa e fidalga.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu, em resposta ao que pedem o Deputado Rafael Greca, nós não queremos nenhum tipo de privilégio, neste Parlamento, queremos apenas que Vossa Excelência, se entender, avocar a nossa condição de Líder e que nos chame de acordo com aquilo que estabelece o Regimento da Casa, que é o que determina as tratativas, dentro deste Plenário. E aqui existe a tratativa de Líder do Governo, até quando Sua Excelência o Governador Roberto Requião assim entender nós o seremos, e Líder de Bancadas, e até que a nossa Bancada PMDB entender que devemos ser Líder seremos líder do PMDB, neste Plenário e líder do Governo Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução nº 068/91. Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação acima aprovados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 485/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 103/91, autoria do Poder Executivo e, nos termos do Art. 10, da Constituição Estadual, ceder, em caráter de utilização gratuita, à Empresa Para-

naense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, conforme especifica. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 486/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 104/91, aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 28.628.000,00 (vinte e oito milhões, seiscentos e vinte e oito mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, conforme especifica. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 496/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 11/91, aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 996.964.000,00 ao vigente orçamento da próprio do Departamento de Trânsito - DETRAN, conforme especifica. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 068/91, de autoria do Deputado Anibal Khury e Outros, dispõe que as pensões mensais pagas a qualquer título, através de dotações no Orçamento do Poder Legislativo, ficam fixadas em seus atuais valores, conforme especifica. Com PARECER FAVORAVEL da C.E., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Emendas em nº de 02 (duas), uma de autoria da Comissão Executiva e outra de autoria do Sr. Deputado Ernani Pudell, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENARIO, AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 068/91

Art. 1º - Inclua-se onde couber:

"Art. 2º - Fica fixado em cinco (05) o número de cargos de Procurador, Classe NU-1, constantes da Resolução nº 52/89, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia.

Parágrafo Único - Os atuais cargos que encontram-se preenchidos serão extintos ao vagarem, até atingir o número de cargos previstos no "caput" deste artigo.

Art. 3º - Os cargos de Procurador serão obrigatoriamente preenchidos por concurso público de provas e títulos, dentro de sessenta (60) dias da vacância.

Parágrafo Único - Para constituição da Comissão de Concurso, a Assembleia Legislativa deverá solicitar a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraná, a indicação de um advogado, para a Banca Examinadora.

Curitiba, quinta, em 21.11.91

Art. 4º - Ficam transformados dois (02) cargos de Consultor Técnico às Comissões, que se encontram vagos, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, em dois (02) cargos de provimento efetivo de Consultor Técnico Orçamentário, Classe NU-1, mantidos os direitos, vantagens e impedimentos do cargo anterior.

Parágrafo Único - Dentro de noventa (90) dias da data da vigência desta Resolução, a Comissão Executiva da Assembleia fará publicar edital de concurso público de provas e títulos para o preenchimento dos cargos transformados por esta Resolução, estabelecendo a habilitação exigida e as normas para sua realização.

Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Sala das Sessões, em 21.11.91

(a) COMISSÃO EXECUTIVA.

JUSTIFICATIVA:

A medida ora proposta pretende adequar, em parte, o Quadro de Pessoal, da Secretaria desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, à realidade nacional.

Com extinção dos oito (08) cargos de Procurador, aqui proposta, estará se fazendo para o Estado uma economia de aproximadamente Cr\$ 12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros) mensais, economia esta que, por certo contribuirá para que este Poder possa continuar mantendo as suas despesas dentro dos recursos orçamentários que lhe são destinados pela Constituição do Estado.

Por outro lado, a transformação de dois (02) cargos de Consultor Técnico às Comissões, em Consultor Técnico Orçamentário, prevista no art. 4º, virá sanar uma lacuna, no Quadro de Pessoal deste Poder, completando-o e melhor contribuindo para sua eficiência.

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENARIO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 068/91

Dê-se a seguinte redação ao Projeto de Resolução 68/91:

"Art. 1º - As pensões mensais pagas a qualquer título, através de dotações no Orçamento do Poder Legislativo Estadual, exceto as decorrentes das Leis Estaduais 6.639, 7771 e 9.498, ficam fixadas em seus atuais valores.

§ 1º - As pensões a que se referem o caput deste Artigo, serão reajustadas na mesma data e pelos mesmos índices de vencimentos do funcionalismo público estadual.

§ 2º - As pensões, aposentadorias e benefícios decorrentes das Leis Estaduais 6.639, 7771 e 9498, ficam fixadas em seus atuais valores e só serão reajustadas em 1º de Janeiro de 1993, sem efeito retroativo, e nos mesmos índices concedidos ao

funcionalismo público estadual, a partir da data fixada neste parágrafo.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.11.91

(a) ERNANI PUDELL

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há emenda da Comissão Executiva que vai ser lida pelo Senhor 1º Secretário.

(É lida a emenda).

Os Senhores Deputados que aprovam...

O SR. ERNANI PUDELL - Pela ordem. Inicialmente algumas informações: esta emenda não será submetida às Comissões?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não, esta emenda é de iniciativa da Comissão Executiva.

O SR. ERNANI PUDELL - Outra informação: atualmente quantos cargos de Procurador no Quadro de Funcionários da Assembleia existem? Na ativa e inativos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - São 13 vagas na ativa e 46 aposentados.

O SR. ERNANI PUDELL - Ficam reduzidos então para...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para cinco. Só o quadro dos treze. Os 46 já são aposentados. São os cargos efetivos.

Há emenda ainda do Deputado Ernani PudeLL que a Mesa não vai receber por tratar-se de emenda que menciona leis estaduais, e aí é um projeto de resolução, bem como é iniciativa de competência da Casa.

O SR. ERNANI PUDELL - Discordo, Senhor Presidente. Pela ordem. A apresentação de propostas, como todos os projetos de lei, é de iniciativa de qualquer Deputado e não apenas da Mesa Executiva.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Comissão Executiva compete opinar sobre modificações do Regimento Interno, dispor sobre criação, transformação ou extinção de seus serviços e da administração indireta sob sua vinculação e fixação das respectivas remunerações, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias. A emenda de Vossa Excelência está fora da proposta prevista no Regimento Interno.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, data vênha, não concordo com o posicionamento porque nossa emenda é clara. Ela é uma emenda ao projeto de resolução que a Mesa apresentou e tem um objetivo

claro. O Projeto de Resolução cria o critério de reajuste para todas as pensões pagas pela Assembleia Legislativa do Paraná, com recursos próprios da Assembleia. Neste sentido fixamos, através da nossa emenda também, que as pensões, aposentadorias e benefícios decorrentes do extinto FEPPA, elas estejam congeladas até janeiro de 1993.

Ainda mais, Senhor Presidente, considerando que há arguição de inconstitucionalidade deste Fundo perante a Justiça, e entendemos correto que por uma decisão de cautela, estes recursos, estas pensões, fiquem congelados até que a Justiça possa se manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa mantém a decisão.

O SR. ERNANI PUDELL - Então requeiro a Vossa Excelência que submeta ao Plenário a decisão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa entende que está certa na decisão que é regimental a recusa da emenda, mas já que Vossa Excelência insiste vamos pô-la em votação.

O SR. ERONDY SILVERIO - Senhor Presidente, pela ordem.
(Assentimento).

Não cabe recurso ao Plenário porquanto a iniciativa de projetos que versam sobre o funcionamento da Casa é exclusiva da Comissão Executiva da Casa. Portanto, não cabe recurso ao Plenário. Fez bem, agiu bem Vossa Excelência em não receber a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa agradece a Vossa Excelência, mas num gesto democrático, que é característica da Presidência desta Casa, vai submeter a decisão da Mesa ao Plenário.

Os Senhores Deputados que aprovam a decisão da Mesa conservem-se como estão.
Aprovada.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, pela ordem.
(Assentimento).

Eu gostaria de saber se os Deputados que já têm os seus direitos adquiridos, as pensões, que hoje estão em exercício do mandato, não recebem, mas têm o direitos adquiridos, serão beneficiados pelo Projeto de Resolução da Mesa e se eles estão impedidos para votar ou não.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa já agiu democraticamente e Vossa Excelência quer, agora, dar um outro sentido. Eu mantenho a decisão, apoiada pelo

Plenário, não há interesse particular nenhum dos Senhores Deputados possíveis pensionistas do FEPPA. A Mesa está disciplinando se o Supremo Tribunal Federal decidir que é ilegal a lei que transformou o FEPPA em apêndice da Assembléia, aí nós vamos cumprir.

Os Senhores Deputados que aprovam o projeto conservem-se como estão.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, pela ordem.
(Assentimento).

Eu quero registrar a posição da Bancada do Partido dos Trabalhadores que votamos favoravelmente, mas com ressalvas. Nós entendemos que é correto ficar as pensões, inclusive deveríamos até ter tido acesso a uma tabela dessas pensões, para então discutir a possibilidade dos atuais vencimentos fixados estarem sendo injustos, abaixo do necessário, até exageradamente em alguns casos, se pudéssemos ter tido este poder de análise. Nós votamos favoravelmente porque sabemos que vamos atingir um grande número de ex-funcionários da Assembléia, de viúvas, de pessoas que dependem dessa posição.

Agora, a nossa ressalva, volto a repetir, que era objeto da nossa emenda, nós não concordamos que o Tesouro do Estado do Paraná pague a aposentadoria de ex-deputados ou dos seus dependentes beneficiários.

É isso, Senhor Presidente, o nosso voto é favorável, mas com essas ressalvas e com o nosso protesto pelo não acatamento da nossa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa toma como declaração de voto de Vossa Excelência.

Em votação a Emenda. Os Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão.
Aprovada.

A Mesa quer esclarecer que os funcionários, as viúvas de funcionários da Assembléia não estão incluídas neste Projeto de Resolução, recebem pelo IPE, somente as viúvas de Deputados. Nós estamos disciplinando toda essa matéria, inclusive os pagamentos dos pensionistas do FEPPA porque entendemos que deve ser feita uma disciplina. E encaminharemos ainda amanhã a Vossa Excelência o que estamos pagando.

Vai começar a "escolinha".

Todos os Deputados estão com os cartões?

Dois Deputados sem cartões. O Deputado Neivo e o Deputado Swarowski votam em separado: o número três e o número 42 votam após a votação eletrônica.

Vamos para a votação.

(Pelo processo eletrônico).

Deputado Neivo Beraldin, como vota?

O SR. NEIVO BERARDIN - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Alceu, como vota?

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Trinta e três Senhores Deputados aprovam o projeto.

Aprovado, artigo por artigo.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 012/91, de autoria do Deputado ERONDY SILVERIO, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Pré-Escola "Meu Sossego" - Maternal e Jardim de Infância, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.
Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 434/91, de autoria do Deputado ALGACI TULLIO, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA ESCOLA DE MÚSICA E BELAS ARTES DO PARANÁ - ADEMPAB. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.
Em votação (Pelo processo eletrônico).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Alceu, como vota?

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Neivo Beraldin como vota?

O SR. NEIVO BERARDIN - Sim.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - O meu não foi computado, Senhor Presidente. Eu votei: sim.

O SR. RENATO ADUR - Meu voto é sim e não apareceu no painel.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vamos votar alguns projetos pelo sistema eletrônico.

Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 479/91, de autoria do Deputado LUIZ CARLOS MARTINS, concede o título de Cidadão Honorário do Paraná a JOAQUIM DOS SANTOS FILHO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 480/91, de autoria do Deputado LUIZ CARLOS MARTINS, concede o título de Cidadão Hono-

rário do Paraná ao Dr. MARIO JOSE GONZAGA PETRELLI. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J.; por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 481/91, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, de Peabiru. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 482/91, de autoria do Deputado CARLOS SIMÕES, concede título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor DAISAKU IKEDA. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 491/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM Nº 109/91, autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de São João do Triunfo, o imóvel que especifica. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

Entra no processo eletrônico comum. Item 10.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 495/91, de autoria do Deputado JOAO PREIS, institui a Semana da Moda do Paraná, a ser comemorada na Cidade de Maringá. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 084/91, de autoria do Deputado ALGACI TULIO, altera dispositivos da Lei Estadual nº 7777, de 13 de dezembro de 1983, que trata da gratificação especial concedida a pensionistas do Instituto de Previdência do Estado - IPE. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Anexo Projeto de Lei nº 110/91, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA. (Publ. no D.A. nº 22, de 19.03.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO Nº 84/91

PARECER:

Refere-se a Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado ALGACI TULIO, objetivando alterar dispositivos da Lei Estadual nº 7777, de 13 de dezembro de 1983, que trata da gratificação especial concedida a pensionistas do Instituto de Previdência do Estado - IPE.

Analisado sob o ângulo da legalidade, constitucionalidade e regimentalidade, concluímos por sua viabilidade, uma vez que trata-se de regulamentar situação dis-

criminatória e prejudicial ao beneficiário pensionista, que não repercutirá em dispêndio financeiro pelo estado, que terá sua fonte de custeio na contribuição previdenciária, sanando-se assim um erro que vem sendo reiteradamente reconhecido, pelo poder judiciário.

E o parecer, favorável pela regular tramitação.

Sala das Comissões, em 18.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE AFONSO JÚNIOR

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 84/91

PARECER:

O Projeto de Lei nº 084/91, de autoria do nobre Deputado ALGACI TULIO, propõe alterar dispositivos da Lei Estadual nº 7777/83, que trata de gratificação especial concedida aos pensionistas do Instituto de Previdência do Estado - IPE.

É certo, ressalta a iniciativa parlamentar, a Proposição ensejada que os pensionistas do Estado se integrem aquelas categorias que percebem, gratificação equivalente a 13º salário como, aliás, o Poder Judiciário se pronunciou em repetidos Acórdãos lavrados em sua mais Alta Corte no Estado.

Como se apresenta, o Plano merece o amplo acolhimento desta Comissão.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 02.10.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

RENATO ADUR

Relator

Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados. A matéria, no que concerne a iniciativa, se encontra atingida pelo vício de inconstitucionalidade e justificamos: A Constituição Estadual, através do seu Título 3º, da Organização dos Poderes, Seção 6ª do Processo Legislativo, Subseção 3 das Leis, deferê em seu artigo 66 como iniciativa privativa do Governador do Estado as Leis que disponham sobre - II - Servidores Públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva.

Como todos sabemos, este projeto já foi objeto de apreciação neste Plenário, tendo sido retirado naquela oportunidade e retorna hoje à Ordem do Dia. E por estarmos no dia de hoje em 1ª Discussão, tratando da questão da constitucionalidade do projeto, entendemos que, embora revestido

de plena justificativa e de mérito, não deveremos dar provimento ao mesmo, porque o projeto da lavra do Deputado Algaci Túlio é de nº 84, como eu disse, fere os princípios constitucionais dispostos no art. 66.

Além do mais, para evitar o que possivelmente não será evitado com a contestação do autor e do Plenário da Casa, considerando de inteira justiça a intenção da proposta, salientamos ainda que a mesma sensibilizou o próprio Governador do Estado. E temos a grata satisfação de comunicar a este Plenário que o Governador, através do Chefe da Casa Civil, nos informa que na semana vindoura deverá estar enviando a esta Casa a Mensagem que trata de toda a Previdência Estadual.

Quando retiramos este Projeto da Ordem do Dia, o fizemos sob a alegação de que estava em estudos uma ampla reformulação do sistema previdenciário estadual.

E fomos ainda hoje informados pela Casa Civil de que está pronta a Mensagem e que na semana que vem ela deverá chegar a esta Assembléia para ser deliberada.

Por entendermos que o Projeto é inconstitucional, porque trata de regime jurídico de servidor público do Poder Executivo, é que recomendamos a rejeição do Projeto de Lei, constante do item nº 13 da Ordem do Dia de hoje.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este Projeto deveria ter sido votado há duas semanas atrás. Num entendimento com o Líder do Governo o retiramos por cinco sessões e deveria ter voltado à Ordem do Dia na segunda-feira passada, o que infelizmente não aconteceu, e hoje está para ser votado.

O Projeto, além de ser amplamente constitucional, como está inclusive explicitado no parecer da Comissão de Constituição e Justiça, ele está contemplando uma das mais importantes causas defendidas por nossos aposentados e pensionistas, inclusive reafirmada nas Cortes Judiciais.

O Projeto foi elaborado cuidadosamente de acordo com a técnica legislativa constitucional, e como tem sido do nosso hábito, atende a todos os requisitos constitucionais quanto à competência e quanto à necessidade de indicação da fonte de custeio prevista no art. 42, § 2º da Constituição Estadual.

O art. 2º acresce ao art. 3º da Lei 7777 de 13 de dezembro de 1983, instituindo o desconto previdenciário no mesmo percentual da contribuição recolhida como remuneração normal do mês de dezembro.

O que nós queremos aqui é tornar legal o que a Justiça já tem concedido por meio de inúmeras liminares. Nós interpretamos a

Constituição em favor da legalidade, da justiça e da igualdade. Não nos entregamos e repudiamos aqueles que se esforçam para interpretá-la contra os pobres e humilhados brasileiros.

Votar contra este Projeto é tão grave quanto votar a favor da miséria da classe trabalhadora aposentada. E nós esperamos que quem tiver coragem de votar contra os aposentados e pensionistas do IPE tenham a coragem de mostrar a cara para a população.

Vejam, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Nós quando fizemos este Projeto tomamos como base na nossa justificativa dados colhidos junto ao eminente advogado Gil César Dantas Bruell.

"JUSTIFICATIVA:

Segundo dados colhidos junto ao advogado Gil César Dantas Bruel, que vem obtendo várias liminares em Mandados de Segurança impetrados por pensionistas do IPE, para assegurar que lhes sejam pagos os 13ºs salários de 1988, 1989 e 1990, no mesmo valor das pensões normais do mês de dezembro, a situação atual sobre a matéria, é a que passaremos a relatar a seguir:

I - Em 13 de dezembro de 1983, foram sancionadas, pelo Chefe do Poder Executivo, as Leis nºs 7.770 e 7.777, que tratavam da concessão de gratificação especial, ou 13º salário, aos servidores em atividade e aposentados, bem como aos pensionistas do Instituto de Previdência do Estado (IPE), respectivamente.

II - Aos servidores em atividade e inativos, essa gratificação especial correspondia ao vencimento básico, enquanto que para os pensionistas, foi concedido um salário-mínimo.

III - Na época, a lei permitia que se procedesse dessa maneira, diferenciando os valores da gratificação.

IV - Com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, que previa o pagamento do 13º salário no valor da remuneração integral do servidor, o Chefe do Poder Executivo regulamentou o pagamento da gratificação especial devida aos servidores em atividade e inativos, através do Decreto nº 4.297, de 01.12.88, omitindo-se quanto à forma de pagamento da mesma gratificação concedida, na mesma data (13.12.83) aos pensionistas.

V - Ocorre, que sobre o 13º salário que vem sendo pago de forma integral aos servidores, desde 1988 vem incidindo a contribuição previdenciária prevista no artigo 2º deste Plano de Lei, sem que haja a respectiva contra-prestação.

VI - Os artigos 7º, VIII; 40, §§ 4º e 5º da Constituição Federal, combinados com 35, §§ 3º e 4º, da Constituição Estadual,

determinam que seja dado o mesmo tratamento aos pensionistas.

VII - Em vista disso, procuramos elaborar o presente Projeto de Lei, de maneira a não interferir nas gratificações de 1988, 1989 e 1990, que se encontram "sub-judice", e nem no percentual atual das pensões (60%), mas, objetivando, unicamente, regulamentar, em definitivo, a forma de pagamento do 13º salário, ou gratificação especial, aos pensionistas do IPE.

VIII - A fonte de custeio é a própria incidência da contribuição previdenciária sobre tal gratificação, pois, é sabido que estas, por si sós, cobrem todas as despesas do benefício".

E vou mais além, vejam bem, o IPE já está fazendo as Folhas de Pagamento, incluído o 13º salário integral aos pensionistas, porque se assim não o fizer irá novamente aos tribunais. E o nosso Projeto dá cunho legal para que o IPE possa também cobrar a contribuição previdenciária sobre a gratificação natalina. Por isso o Projeto é, acima de tudo, um Projeto responsável e que visa regulamentar esta lei. E além do mais há uma grande preocupação dos Servidores Públicos com o "pacote" do IPE que vai chegar a esta Casa - e que já deveria estar aqui para que pudéssemos tomar conhecimento. Ao que tudo indica esta proposta talvez tenta livrar o Estado do Paraná, o Poder Executivo, de uma dívida na ordem de 31 bilhões de cruzeiros, que são os 3% que o Governo do Estado não repassa há anos para o IPE.

Então quem sabe nesse "pacote" que vem aí, vem exatamente tentar livrar o Governo de não repassar 31 bilhões de cruzeiros livrando-se do repasse normal de 3% da Folha de Pagamento mensal e lançar no escuro a sorte do IPE, que dizem ser dos Servidores porém, decidido por eles às escondidas.

Nós estamos aqui neste momento interpretando não uma vontade própria do parlamentar, minha, do Deputado Rafael Greca que fez um projeto no mesmo conteúdo e os dois acabaram sendo fundidos neste momento, portanto, não queremos que haja uma votação em favor destes parlamentares, mas sim em favor dos pensionistas que estão ganhando liminares na Justiça porque lhes é de direito o pagamento integral do 13º salário.

Fica na consciência de cada um dos Senhores nas suas votações. Espero que tenhamos a consciência tranquila e, acima de tudo, para votar o Projeto que é para regulamentar uma situação difícil pela qual passam os pensionistas do IPE.

O SR. RAFAEL GRECA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, complementando o que disse o Deputado Al-

gaci Túlio, eu apelo à Bancada do Governo Requião que referente esse Projeto de Lei, abrindo mão desse zelo de sua assessoria jurídica. Apelo ao Deputado José Afonso Júnior, que deu parecer pela constitucionalidade do Projeto; ao Deputado Renato Adur, que consultou-me até sobre a disponibilidade de recursos.

Eu apelo em nome dos trabalhadores que tiveram os seus salários descontados durante todos os anos de contribuição previdenciária do IPE; apelo em nome dos órfãos e das viúvas, dos pensionistas, daquelas mãos calejadas que nos escreviam ao tempo da campanha eleitoral, tantas vezes comovendo o pessoal do meu gabinete, a minha própria família, pessoas de idade, pedindo esse 13º, porque não dispunham de recursos sequer para materializarem pequenos sonhos de Natal, como um brinquedo para um neto, um sapato para o filho, uma camiseta, alguma coisa que dê à vida um certo gosto, um certo sabor.

Há uma lógica humanitária no teor do meu Projeto de Lei, do Projeto de Lei do Deputado Algaci Túlio, e essa lógica transcende o garrote da ditadura jurídica que pretende o Senhor Líder do Governo no seu discurso.

Apelo ao Deputado Durval Amaral, Presidente da Comissão de Constituição e Finanças da Casa, e a todos os Deputados o voto em favor da viúva e do aposentado. Se nós referendarmos isso, a "Folha" já se faz legalizada e não haverá possibilidade de atraso, e o pacote previdenciário do IPE, nós de imediato havendo essa aprovação, podemos até nos comprometer a aprovar, porque ninguém pode ser contrário ao arcabouço previdenciário do Estado. E de mais a mais, nós temos que ser realistas também. O IPE, precisa também talvez aumentar a contribuição, porque se não tem de onde tirar, não pode fazer dinheiro das pedras. A menos, que as previsões do Senhor Governador se assemelhar ao Nosso Senhor, feitas hoje no Canal 12, tenham fundamento, tenha havido efetivamente uma possibilidade do Governador se transformar "à semelhança de Nosso Senhor, não só no martírio, mas no multiplicador de pães e de peixes".

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para reafirmar o que dissemos a cerca do Projeto votado ontem e a cerca do Projeto que estamos votando hoje. Nós não estamos questionando o mérito do assunto que está sendo votado, o próprio Governo do Estado já entendeu e está com Mensagem pronta para ser enviada a esse Poder Legislativo.

Nós estamos discutindo, apenas e tão somente a constitucionalidade, a iniciativa do processo que no nosso entendimento,

e naquilo que determina a Constituição no Artigo 66 - diz que é da competência privativa do Governador do Estado do Paraná.

Por essa razão pela constitucionalidade é que nós estamos votando contrário ao Projeto.

O SR. PAULO MAIA (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados. De fato, a preocupação é grande, e eu creio que o nobre Líder do Governo frisou muito bem, até a preocupação que se tem a nível de funcionários públicos, na questão do encaminhamento da nova proposta que regulamentará a vida do trabalhador público deste Estado, referente ao IPE. Agora, nós voltamos a frisar aqui, a Liderança do PMDB e aos nobres Deputados que compõem as respectivas comissões.

Nós falamos isto aqui ontem, quando se votava o Projeto do Deputado Algaci Túlio e hoje voltaremos a frisar, eu creio que se há posição contrária, se fere os princípios constitucionais, se fere algum princípio legal, é competência do nobre Líder e demais Deputados que compõem as Comissões. Eu creio que até para trazer a esse Plenário uma luz melhor da realidade do que se aprova, do que se vota a nível das Comissões, que esses pareceres também viessem contrários das Comissões. Agora as Comissões votam por unanimidade, aprovam todos os projetos, não têm vício de inconstitucionalidade, quando chega nesse Plenário, aqueles que foram favoráveis, que não deram pareceres contrários nas Comissões, neste Plenário votam contra.

Então isto é um absurdo, eu acho que é um desrespeito ao próprio Plenário, que nem todos participam das respectivas Comissões. Então, eu acho que isto é ferir e desrespeitar os Deputados que compõem este Plenário e não compõem todas as Comissões.

Então, tem que se registrar, nas respectivas Comissões os votos contrários dos Deputados que não concordam com os pareceres. Porque se não, vejamos, aqui no § 2º, que diz, a Comissão de Constituição e Justiça: "Analisado sob o ângulo da legalidade, constitucionalidade e regimentalidade, concluímos por sua viabilidade, uma vez que trata-se de regulamentar situação discriminatória e prejudicial ao beneficiário pensionista, que não repercutirá em dispêndio financeiro pelo Estado, que terá sua fonte de custeio na contribuição previdenciária, sanando-se assim um erro que vem sendo reiteradamente reconhecido pelo Poder Judiciário".

Então, este tipo de posição é que faz com que, nesta Casa, se vote coerentemente, se veja a coerência daquilo que estamos votando. Então, eu acho um absurdo. E aqui nós vemos a assinatura de diferentes Deputados das diferentes representações

aqui dentro, sejam eles do PMDB, do PSDB, de quem quer que seja, de que partido for. Estão aqui registrados os votos de Deputados de diferentes Bancadas.

Do PMDB, que com certeza, pela posição da Liderança, vai votar contra e que neste encaminhamento, neste parecer da Comissão de Constituição e Justiça não deu este parecer contrário, que vai ser o seu voto em Plenário.

Então, isto tem que ficar registrado na Casa, porque é tremendamente lamentável o desrespeito. Eu me considero desrespeitado, porque leio o Parecer das Comissões, passo a acreditar no Parecer das Comissões, porque vejo todos os Deputados serem unânimes. E lamentavelmente, quando se vêm a Plenário, aqueles que deram pareceres favoráveis, votam contra nesta Casa, contra aquilo que ele escreveu e assinou embaixo. Então, eu acho um absurdo tudo isso aí que se faz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação. Treze a treze. A Mesa decide pela aprovação.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, se o resultado foi de treze a treze, não há quórum para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Procede.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Está encerrada a fase de votação, portanto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há número para votação. Transfiro a votação para a próxima sessão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - ...Vossa Excelência anunciou que não havia quórum para votação e anunciou que o mesmo seria votado na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu fui induzido por Vossa Excelência, acreditando na palavra de Vossa Excelência, mas na realidade...

O SR. ERNANI PUDELL - Tem mais um voto Não. Vai dar 14 a 14, Senhor Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Tem mais votos, do Deputado Quiêlse, Deputado Tavares.

O SR. ALGACI TÚLIO - Presidente, é matéria vencida, Vossa Excelência já deu o resultado, aprovado o Projeto, pronto.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - Senhor Presidente, é só olhar no painel, 14 sim, 13 não e mais o voto do Pre-

-idente, 28.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu gostaria, Senhor Presidente, que a Mesa anunciasse o resultado da votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 14 Sim e 13 Não.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Verificação é o painel.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Não, mas está havendo dúvidas, nem todos votam no painel. Vossa Excelência anunciou que não havia quórum, posteriormente anunciou outro resultado, está havendo dúvidas.

Senhor Presidente, eu insisto mais uma vez que está havendo dúvidas. Vossa Excelência anunciou que não havia quórum, transferiu a matéria para outra sessão, em seguida Vossa Excelência anuncia outro resultado, então eu estou requerendo uma nova votação dentro do processo normal de verificação, pois nosso Regimento estabelece que quando há dúvidas, procede-se a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vamos tirar uma cópia disso aqui.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, enquanto aguardamos a decisão definitiva, eu gostaria de lembrar a Vossa Excelência a possibilidade do requerimento que fizemos, que Vossa Excelência acatou, no sentido de enviar a todos os Deputados a relação dos Projetos pendentes e que deverão entrar em votação antes do recesso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa já determinou e estão providenciando. Devem entregar no máximo na segunda-feira ou talvez amanhã.

O SR. ALGACI TULIO - O Projeto Vossa Excelência deu como aprovado, é apenas uma verificação aí, a pedido do Líder.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O painel eletrônico e seu serviço de gráfica registra: Quatorze "sim" e treze "não".

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, insisto na verificação de votação porque Vossa Excelência e as notas taquigráficas estão aí para comprovar. Vossa Excelência anunciou que não havia quórum e posteriormente anunciando mais chegada de Deputado e mais chegada de Deputado, produziu-se isto que está ocorrendo. Vossa Excelência já havia dado o resultado de

que não havia quórum para deliberação.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, estamos no ano 2000, a tecnologia está aí.

O SR. ALGACI TULIO - O painel está aí para provar.

O SR. NEIVO BERALDIN - Senhor Presidente, pela ordem.

Senhor Presidente, eu votei em separado. O Deputado Swarowski idem. O Deputado Renato Adur também. O Deputado Severino Félix. São quatro Deputados que não constam no painel.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, constam porque o técnico ligou as lâmpadas logo depois do resultado da votação separado.

O SR. ALGACI TULIO - Exatamente. É matéria vencida, Senhor Presidente.

O SR. NEIVO BERALDIN - Uma sugestão apenas, já que o painel está complicando nesta votação, que se dispense e que se proceda a uma nova votação.

O SR. ALGACI TULIO - De maneira alguma, Senhor Presidente. É matéria vencida. Decide-se na segunda-feira em segunda discussão, Senhor Presidente.

O SR. NEIVO BERALDIN - Não entendo porque os Senhores Deputados insistem em dar como matéria vencida, sendo que tem quórum aqui para votar e para verificar a votação. Vamos ser práticos.

O SR. ALGACI TULIO - Senhor Presidente, o painel já decidiu a votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai decidir. Há dúvida. O Secretário também informa que há dúvida. Transfiro a votação para segunda-feira.

O SR. COSTENARO NETO - Senhor Presidente, gostaria de usar a palavra.

Estou aqui atento, observando os acontecimentos. Não sabemos o que está acontecendo mas, a bem da verdade, o Deputado Severino ao anunciar, quando Vossa Excelência está dizendo o resultado, ele quis falar mas seu microfone não estava ligado, então não pôde se manifestar. Quando ele se manifestou, Vossa Excelência já tinha programado o resultado. A bem da verdade ele estava presente e temos que respeitar a vontade, ou a dificuldade que houve.

Não se pode, desta maneira, conduzir o processo de votação. Realmente sinto-me envergonhado, como Parlamentar, pensando

desta maneira. Parece que não sabemos utilizar uma votação tão simples como esta!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está transferida para segunda-feira a votação em primeira.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de nº 3165, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3164, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 3162, 3163, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente.- Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 3160, 3161, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente.- Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 3156, 3157, 3158, 3159, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constantes do expediente.- Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3155, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de nº 3152, de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3151, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3170, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3170-A, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente.- A Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento de nº 3140, de autoria dos Senhores Deputados Cezar Silvestri e Paulo Maia, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 068/91.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

487/91.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 084/91, 217/91, 416/91, 484/91, 488/91, 502/91, 504/91, 505/91, 519/91, 521/91, 528/91 e dos Projetos de Resolução nºs 062/91 e 067/91.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA 21 DE NOVEMBRO DE 1991.

O PIOR É SE A MODA PEGA

Carlos Chagas

Brasília - Não dá para entender como o PMDB, tacape que vibrou o golpe fatal no lombo da ditadura, agora apela para métodos muito parecidos com os utilizados pelo mais tonitruante dos generais-presidentes e cassa o Governador do Paraná. Expulsa-o do partido. Nada mais nada menos do que um AI-5 atrasado foi aplicado sobre Roberto Requião. A alegação é de haver ofendido a Comissão Executiva e o Presidente Nacional da Legenda, Orestes Quêrcia.

Aqui para nós, se Requião errou, se caluniou, difamou ou injuriou, mereceria, por certo, reprimendas. Admoestações.

Mas numa hora em que até se procura retirar da Lei de Imprensa as penas de cadeia para quem comete delitos de opinião, torna-se inadmissível a solução encontrada pelo diretório nacional peemedebista.

O governador enfrentou a onça com vara curta. Veio a Brasília, olhou no olho de muitos companheiros, atacou, ao invés de defender-se, e só não ficou para a cena do sacrifício porque não é integrante do diretório nacional. E também, como disse, para não correr o risco de perder a tempera e resolver com os punhos o que deve ser resolvido com a palavra.

Deixou um manifesto, lido pelo presidente do PMDB do Paraná, onde lembra o sistema jurídico idealizado pela rainha de copas no inesquecível "Alice no País das Maravilhas": "Primeiro, cortem-lhe a cabeça; depois, os jurados darão o seu veredicto..."

Se há ou não há razão na intempestiva postura do Governador, acusando Quêrcia de corrupção quando Governador de São Paulo, é uma coisa. Outra bem diferente torna-se a depuração. Porque o Rubicão acaba de ser transposto com o sacrifício do Rubião.

A partir de agora, quem se insurgir contra a direção nacional do PMDB corre o risco de também ser expulso. Depura-se o

maior Partido Nacional em função de posições pessoais. Tempo houve em que o PMDB inchou, abrigando boa parte dos salvados da ditadura. Foi quando se estabeleceu a Nova República. Todo mundo acabou sob o guarda-chuva do Doutor Ulysses, e ele não protestou, mesmo recebendo antigos desafetos. Desgastou-se o partido, mas desgastou-se mais, agora, com o episódio da expulsão.

O PMDB, apesar de todos os percalços anteriores, atuava como a maior força parlamentar do País. Pela lógica, seriam grandes as chances de um candidato do partido emplacar nas eleições presidenciais de 1994. Mas se o rumo é dado pela intolância, quem garante que a recíproca não se tornará verdadeira? Não irá o eleitorado também, expulsar as possibilidades de quem vier a se candidatar? É evidente ser de Quêrcia o nome colocado. Apesar das negativas formais, há muito que ele se tornou cotadíssimo. Irá enfrentar o quê, quando for buscar votos no Paraná? No mínimo, a resistência surda daqueles que tiveram o seu Governador cassado.

Requião continua estrilando. Disse que apesar de expulso, não sai do PMDB. Vai criar uma nova ala, a do "PMDB do exílio", ele que ficou no Brasil durante o período que o líder estudantil e jornalista, viu-se perseguido pela ditadura.

Positivamente, não foi um espetáculo edificante esse oferecido pelo PMDB ontem à noite. Até por conta de a moda pegar e espalhar-se. Imagine-se os delitos de opinião sendo punidos outra vez e se terá a receita do que poderá vir a ser um futuro e hipotético Governo Nacional do PMDB...

Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,

R E S O L V E:

PORTARIA Nº 118/91

conceder, a JOSANE MARIA CARRADONE, funcionária contratada deste Poder Legislativo, quinze (15) dias de licença, para tratamento, a partir de 04 de novembro de 1991.

(Protoc. nº 11.054)

PORTARIA Nº 119/91

designar, o funcionário LUIZ FABIO CAMPANA, matrícula nº 121, ocupante do cargo de Consultor Técnico "B"-NU-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, para prestar serviços na Diretoria Geral, a partir de 15 de outubro do corrente ano. Gabinete da Diretoria Geral, em 18.11.91

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral